

**RELATORIA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA E AO FUNCIONAMENTO DO ATUAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ATENÇÃO À DIVERSIDADE SEXUAL**

LOCAL: Auditório da Câmara Municipal de São Paulo.
Av. Jacareí, 100 – Bela Vista – São Paulo – SP.
07 de agosto de 2014 / 19h.

Relator: Belchior Torres.

Phamela Godoy (CPLGBT - Coordenação de Políticas para LGBT): Inicia fazendo saudações aos participantes e se apresentando, informa que a audiência esta sendo gravada e solicita que todos possam utilizar o microfone para garantir a qualidade do áudio, informa que não haverá tempo de falas, porem que todos possam garantir em suas falas a objetividade em relação a propostas da minuta apresentada e respeito a todos os participantes. Em seguida passa a fala para outros colaboradores deste momento.

Marcos Freitas (Assessor parlamentar - Câmara Municipal): Inicia sua fala fazendo uma breve apresentação, informa que procurou a Coordenação de políticas LGBT pra desenvolver o texto da minuta juntos, informa que a proposta é encaminhar o decreto para o prefeito assinar e regulamentar o novo conselho e em contra partida os vereadores assinarem um projeto de lei para que o conselho seja instituído por lei, acredita que é um grande avanço este espaço na garantia de direitos e que este é relevante para todos os conselhos.

Alessandro Melchior (CPLGBT): Agradece a participação de todos, fala da consulta pública que esta disponível no site da Séc. Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC desde 04 de agosto e irá até 05 de setembro do corrente ano. Reforça a importância desta primeira audiência e convida a todos para participarem da próxima audiência dia 23 de agosto no Tatuapé. É um processo significativo, ressalta que a participação social vem sendo muito atacada por oposições fundamentalistas e reforça a importância de mais espaços para o empoderamento da sociedade. Convida a todos para entrarem no site da consulta, que leiam os textos referentes ao processo e se envolverem, pois este é o grande objetivo desde processo. Informa que haverá divulgação de todo o procedimento desenvolvido em relação a este assunto.

Eduardo Santarelo (Coordenador da Política de Participação Social): Reforça sobre o ataque conservador em relação à participação social. A participação social que tanto o governo defende e que através da mesma são trazidos novos olhares que auxiliam na construção de políticas publicas. Este espaço é aberto, e todos têm o direito de falar e se expor, conclui sua fala reforçando que se todos os presentes estão neste momento é porque também acreditam na participação social.

Janaina Lima (CMADS - Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual): Boa noite a todas e todos, agradecer pela presença, por atender esse chamado do CMADS, e questiona o sentido deste espaço e o quão rico é este momento, fiquei feliz quando a Phamela coloca que estar sendo gravado e que o microfone esta aberto sem controle de tempo, este é um momento de construção de um corpo para este conselho e é muito importante à participação de cada um aqui. Acreditamos que as sugestões

iram ser aceitas, muito boa noite e grato a todos. Finaliza justificar a ausência dos conselheiros, Rute Alonso, André Bomba e Felipe Oliva que estão em outras atividades externas para garantir o acompanhamento em todos os momentos.

Phamela Godoy (CPLGBT): Inicia a apresentação da minuta no projetor e sugeri que todos possam ler o conteúdo e acrescentar suas sugestões. Informa que a consulta esta há três dias no ar e já tem relevantes contribuições desse processo participativo. Antes de iniciar a leitura da proposta da minuta gostaria de informar como chegamos aqui, o CMADS formou uma comissão na reunião do mês de maio, composta por Marcos Freitas, representando a Câmara Municipal, Eduardo Santarelo, Marília e eu representando o poder público municipal, Rute Alonso, Felipe Oliva, Gil Santos e Ana Paula representando a sociedade civil; Trabalhamos na primeira minuta em duas reuniões do Conselho Municipal de Atenção a Diversidade Sexual, e boa parte deles é consenso em relação ao CMADS, serão duas audiências publicas a de hoje e outra no Tatuapé. Todas as informações encontram-se no site da prefeitura. Inicia com a leitura da minuta... (artigo por artigo).

Obs. O registro relacionado à leitura do texto feita por Phamela Godoy não será incluída neste documento por se tratar de uma leitura direta da minuta sugerida e que esta disponível ao público, serão incluídas as sugestões, propostas e observações feitas por todos os participantes em relação ao decreto.

Alessandro Melchior: Talvez, não sei se fosse o caso Phamela, ler o texto com as propostas para deixar bem nítido quais são os pontos de divergências e onde exatamente tem mudanças mais estruturais, ou só explicar, como você fez, as divergências do ponto de vista de composição, de composição paritária ou não, das eleições, para deixar nítido para as pessoas que ninguém estar propondo indicação em nenhum aspecto indicações de conselheiros da sociedade civil ou questões desse sentido, não é um texto novo, é um texto que já esta em consulta e talvez facilite a leitura do texto ou não se os participantes já estiverem contemplados com essa leitura e abríamos para as inscrições.

Janaina Lima: Questão de ordem, que todos os participantes possam se atentar aos textos e sugestões que estão sendo apresentados e não cair na besteira de acreditar que agente tenha que defender proposta x y ou z porque aqui não é o momento da disputa, lembra-se?! Estamos aqui contribuindo, todas as sugestões serão bem vidas e esperamos que estas sejam contempladas no decreto.

Phamela Godoy: Para darmos encaminhamento na proposta do Alessandro Melchior e reforçando o que a Janaína Lima disse, não vamos votar nada hoje, este momento é para avaliar as propostas sugeridas e incluir nossas sugestões, inclusive o que estar aqui e o que não consta no documento. Todos entenderam o texto? Querem explicações sobre as diferenças entre as propostas? Temos no site da consulta as principais diferenças do que o conselho tem hoje e as novas sugestões, se quiserem podemos ler também, o que preferem? Já podemos abrir o microfone.

Hélcio Beuclair (Militante independente): Gostaria que incluíssem propostas relacionadas à Educação e Políticas LGBT em escolas, é uma questão importante, todos sabem o quanto é relevante esta questão e o quanto jovens LGBT sofrem com

discriminação nessas instituições e por esta razão são desmotivados a darem continuidade aos estudos.

Phamela Godoy: Solicita que todos possam falar no microfone, pois a audiência esta sendo gravada e isso gravada a qualidade do áudio.

Lula Ramires (CORSA - Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor): Tem uma contra proposta para a sugestão de Hécio Beuclair, diz que no início do decreto cita: “todas as políticas que envolva as questões LGBT” e isso já contempla a questão da Educação, enfatiza que um decreto necessita ser o mais abrangente possível, deve ter uma questão “maior” e não especifica. Informa que represento uma ONG e ressalta que em uma cidade como São Paulo deveria haver uma representatividade maior em espaços como este. Sugere também que tem que haver 15 representantes de poder público no Cap. II. A segunda proposta coloca mais lésbicas e travestis, isso é um problema de falta de equidade, é necessário que o conselho seja partidário. Quero defender a proposta de haver a participação de outros conselhos: Conselho de Psicologia, Enfermagem, Serviço Social e gostaria que fosse incluída a representação dos coletivos universitários, todos iram se candidatar e votaremos quais desses irão assumir o Conselho LGBT. Que sejam entidades que elaboraram projetos, que tem diálogo com o poder publico e que prestam conta de seus serviços.

No Cap.III da eleição, fala que vai votar em quatro, tenho discordância, acho que cada um de nós tem que votar, gay vota em gay e lésbica vota em lésbicas é corporativismo, temos que entender que essa luta é uma luta comum, cada um de nós tem que compreender as lutas da comunidade.

Ana Bela Andrade (Ativista autônoma): Componho com Lula a questão da paridade e gostaria de questionar a questão das organizações e de que forma estas serão eleitas, porque eu não entendi isso que o Lula falou de que as instituições serão escolhidas por nós, onde que estar no texto?

Phamela Godoy: Posso esclarecer?! São três propostas, na primeira proposta que é a única que tem a divisão por categorias, a proposta é que as eleições sejam diretas, cada eleitor irá votar em uma das categorias, essa é a proposta que estar colocada, o Lula já traz uma outra sugestão que é, em vez de votar em uma pessoa só de categoria, que cada um possa votar em uma das letras LGBT.

Ana Bela Andrade: Gostaria de contribuir com isso, eu tenho muita afinidade com as travestis e transexuais, eu gostaria de poder votar e ter uma das minhas candidatas como conselheira, eu acho importante, e eu como mãe de um homossexual e lésbica também gostaria de votar em um dos meninos e em uma lésbica. Concordo com o que Lula colocou também, estamos com problemas de representantes. As entidades eu tenho uma ressalva, por exemplo, a OAB, o Conselho Municipal LGBT pra eles não é uma aspiração deles, se for o caso se cria um conselho de entidades que atuam em prol dos LGBTs, agora colocar sociedade civil e pessoa jurídica eu discordo dessa proposta, muito obrigada!

Marcos Freitas: Nas reuniões que fizemos para construir o texto falamos muito da representatividade da Câmara Municipal de São Paulo, que eu acho que deve compor no Poder Público até mesmo para dar respaldo nessa questão legislativa do conselho sendo indicado pela presidência da casa.

Phamela Godoy: Durante as reuniões nós discutimos isso, acho que em alguma versão isso se perdeu mais era pra constar no texto, podemos providenciar a correção pois a Câmara consta nas cadeiras no governo.

Marcos Freitas: E sobre a questão das entidades eu discordo da Ana Bela, acho que é um avanço para o Conselho temos uma representação da OAB, CRP e tantas outras entidades que queiram compor, até mesmo porque se a OAB não tem esse intuito de participar do conselho ele não se candidataria, a ideia é que as organizações se candidatem ao conselho e que essas sejam eleitas pelo voto.

Lula Ramires: A OAB é grande, ele tem uma comissão de diversidade que é estadual e que tem comissões em algumas subseções, no Jabaquara por exemplo tem um rapaz chamado Marcelo Galego que é advogado gay, só gostaria de ressaltar isso, vamos imaginar que uma entidade sem representatividade se candidate ao Conselho, é só não votar Ana Bela, é simples, temos essa prerrogativa, acho que isso é o importante.

Maria Midory (militante autônoma): Gostaria de saber como fica as representações/pessoas que não participam de movimentos sociais diretamente, como fica, esta é minha questão.

Phamela Godoy: No Cap. II inciso segundo contempla a dúvida de Maria Midory, qualquer organização sem CNPJ e militantes independentes, podem concorrer sozinhas a uma vaga para o Conselho LGBT.

Susy Diamante La Paz (Transgênero): Boa noite a todos e todas, militante a mais de 51 anos, estou com uma dúvida sobre as questões dos transgêneros, vai ser votado a inclusão delas ou deles ou não?

Phamela Godoy: Este não é um processo de votação tá Susy, temos uma minuta, um texto que estar sendo discutido, aqui não é um momento para que todos coloquem suas propostas, não há votação. Existem três propostas de composição, na primeira do texto um, que foi tirada pela comissão composta por representantes da sociedade civil e governo, foi colocada a não permanência da cadeira de transgêneros; No texto dois e três ambas na letra f têm cadeiras de transgêneros, quem vai decidir o texto final é o governo e neste momento o governo estar chamando as pessoas para ouvir suas sugestões, se você tiver interesse de defender a proposta de manter transgênero este é o momento de falar.

Susy Diamante La Paz: Bom gente, então boa noite mais uma vez, sobre esta questão dos transgêneros é uma questão complicadíssima, um transgênero não é uma travestir e não é um transexual, só que dentro de mim existe uma mulher aprisionada em um corpo de um homem e vou pedir a vocês, todos e todas, licença, porque esta casca é o corpo de um homem, mas embaixo dessa casca tem uma mulher e ela vivi comigo 24h por dia, a nossa luta independe de ter aqui [Salete Campari](#), Silvetty Montilla, seja quem for; É tão grande e tão intensa quanto a de vocês! Se as travestis chegaram até o ponto que chegaram foi porque lá atrás nós transgêneros, inclusive a minha pessoa, lutou muito para a inclusão delas. Veja bem, tenho meus 51 anos de idade e eu sou uma pessoa feliz, sou tri-cardíaco, soropositivo, grávida eterna, não tenho vergonha de falar isso, mas sou uma mulher feliz. Embaixo de mim tem uma mulher prontamente vestida, se você me permitir eu tiro meu palito, porque tem um vestido completo e isso é um transgênero, eu apareço

como homem ou como mulher a hora que eu bem entender e a pessoa tem que me respeitar porque é isso que eu sou. Eu não vou me “siliconizar”, eu não vou me travestilizar e eu não vou me transgênitizar porque eu não preciso, porque a mulher que mora comigo ela vivi na minha cabeça, ela estar aqui 24h por dia, eu não quero ser Miss Brasil eu quero ser miss da minha vida. Somos todos iguais perante a lei, não é justo que se tirem os trançêneros dessa estória. Gostaria que vocês pensassem em relação a isso, obrigado e boa noite!

Márcia Lima (travestir): Duas questões; da identificação de quem é do conselho LGBT, como ele se identifica ou como ele age ali? Como que o conselheiro prova em algum local que ele é membro do conselho? Bato na tecla que haver uma careira de identificação, não sei como incorporar isso no texto, é uma sugestão. Outra questão é que hoje temos a atual gestão que é PTista que simplesmente fechou um espaço de convivência a décadas que é o Autorama, e parou nisso, o conselho não foi consultado, não foi chamado para uma reunião, à própria CADS provavelmente não foi consultada. Se esse conselho vai ser fortalecido, porque não colocar ai a questão de que todo o tipo de decisão que for tomar em matéria de gestão pública contra espaços de convivência da comunidade LGBT na cidade, que primeiro venha isso para um debate no conselho e que seja votado.

Phamela Godoy: Sobre a carteira Marcia, na realidade essa discursão é mais de um regimento e de como esse conselho vai atuar, um decreto não se propõe a colocar isso. Sobre a questão do espaço de convivência podemos até pensar em uma redação, é algo interessante para ser discutido, mas só para esclarecer o caso do autorama, o mesmo foi fechado como todo mundo sabe e depois do fechamento o conselho solicitou uma reunião com o Secretário de Direitos Humanos, Rogério Sottili que foi em maio deste ano, o assunto da reunião também foi discutido com o Secretário do Verde e os informes vêm sendo repassados nas reuniões do conselho.

Iuri (Militante independente): Gostaria de saber como funciona o dialogo entre a Coordenadoria e o conselho em relação à SMPiR (Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial), porque pergunto isso, houve um projeto de cadastramento de população de terreiros de matriz africana, dentro das perguntas feitas pede-se a orientação sexual do sacerdote ou sacerdotisa da casa e dos fieis, como o conselho e a coordenadoria poderiam entrar em contato com a SMPiR pra entender o motivo deste questionamento.

Phamela Godoy: Primeiro a SMPiR não estar no conselho, à proposta é que ela venha para o conselho, esta na proposta de representação do governo. Nos últimos anos o governo tem incluído em suas pesquisas a orientação sexual e identidade de gênero para tentar respeitar esses critérios.

Alessandro Melchior: Na verdade esse caso da SMPiR não é um caso individual, isso nos permite ter um filtro de informações, do ponto de vista da elaboração de políticas publicas é uma demanda histórica, que agente consiga ter esses dados do ponto de vista mais refinados, neste caso especificamente a várias políticas no âmbito de prevenções a DSTs/AIDS com essas populações que enfrentam uma parte desse impacto. Diversas políticas da prefeitura tem incorporado esse aspecto, o cartão SUS com o nome social, estamos discutindo isso no censo da população de rua, é uma linha já estabelecida em todas as áreas, quando uma secretaria decide ou não é mais uma visão interna de cada secretaria, mais a orientação geral é: Quanto mais refinado

os dados de levantamento dessas informações, é importante não só para SMPIR, mais para nós também, é um tipo de informação que facilita a nossa atuação conjunta.

Daniela Glamour: Boa noite, meu nome é Daniela, sou cidadã, acho que nas propostas de votação é importante levantar em consideração a questão das pessoas transgênero, sua participação e representatividade na sociedade, porque se não fica meio esquisita, a proposta que não contempla a população transgênera, eu acho literalmente foda, complicado, sei que tem questões históricas e de militância. Existe uma demanda social que precisa ser respeitada e assim como eu quero que a minha demanda social seja respeitada, ficaria muito contente de saber que pessoas desse seguimento vão estar sim me representando, mesmo eu não sendo uma mulher transgênera e que vão esta compondo sim com a formação de opinião desta cidade, das propostas tem que se avaliar as que continuam com cadeira para pessoas e representantes transgêneros. Obrigada.

Márcia Lima: Não vi nada alusivo sobre a obrigatoriedade dos conselheiros de participarem todo ano da audiência publica sobre o orçamento do município, seria uma sugestão.

Gilvan (Professor Rede Estadual): Como fica a questão do gay ou lésbica com deficiência física? Como ficaria contemplado para votação?

Phamela Godoy: Informa o item que contempla informação questionada por Gilvan.

Nicolle Mahier (Coordenadora do Fórum Municipal de Travestis, Transexuais e Transgêneros): Ontem à noite li a minuta inteira. Na minha concepção a primeira opção me contempla porem com alterações, as pessoas que vem por conselho de categorias, coletivos LGBTs ou ONGs devem ser primeiramente pessoa LGBTs. Outra coisa, eu reduziria o número dessas pessoas, uma cadeira para conselho de categoria, uma cadeira para coletivos LGBTs e uma cadeira pras ONGs. Estou na militância há pouco tempo, já construí bastante coisa e acredito muito em um futuro melhor para as pessoas LGBTs, mas não consigo ver ONG trabalhando, pode ser ignorância minha ou eu posso não estar enxergando ou eu posso não ter encontrado alguém, mas eu não consigo ver. A audiência pública de sábado do Conselho LGBT a respeito do péssimo desempenho de uma ONG chamada Associação da Parada, ai uma ONG como esta vai ter representação dentro do Conselho?! Ai quantas ONGs que podem ter o mesmo problema vão ter uma cadeira no conselho que é para representar o município inteiro. Então eu daria uma cadeira para cada uma dessas pessoas, daria três cadeiras para lésbicas, sociedade civil; três cadeiras para gays, sociedade civil; três cadeiras para bissexuais, sociedade civil e três cadeiras para transexuais e travestis; Ai vão me perguntar assim: “E não tem os transgêneros incluído no meio?!”. Daí eu pergunto: Quanto tempo à cadeira de transgênero estar vaga dentro do conselho municipal, alguém sabe me informar? E eu vou dizer o seguinte, desculpas Susy, desculpas Edson, os transgêneros só aparecem quando agente tenta fazer alguma coisa em prol do coletivo que agente estar querendo construir e eles tentam desconstruir tudo, foi isso a respeito do fórum municipal de travestis, transexuais e transgêneros e isso estar acontecendo hoje novamente, e eu pergunto uma coisa que falei semana passada em reunião: Que politica pública se faz para uma pessoa que autodeclara transgênero? E questiono isso veementemente, porque eu não concordo. O que vai acontecer que eu já tenho quase certeza é o seguinte, suponhamos que que a proposta da sociedade civil ganhe e agente der três vagas para as transgêneros; Que transgênero vai ocupar essas cadeiras? Porque uma cadeira só que eles têm atualmente no conselho municipal eles não estão tomando

posse, não estão se empoderando o que dirá três! Eu acho que devemos rever quem do movimento LGBT quer fazer alguma coisa, seja lésbicas, seja bissexual, seja travestir, seja transexual ou seja transgênero, só que eu preciso que essas pessoas comessem a dar sua cara a tapa, devemos dar cadeira pra quem tá atuando dentro do movimento LGBT. O conselho deve ser paritário, consultivo e deliberativo, o que vai fazer esse conselho funcionar a favor da sociedade são os conselheiros presentes, é isso que faz a diferença. Hoje estávamos avaliando o conselho estadual, faltas e mais faltas e mais faltas, e isso, infelizmente, enfraquece o movimento. Eu não tenho interesse nenhum em fazer parte do conselho, mais é fundamental que os envolvidos participem ativamente. Pra finalizar gostaria de perguntar para Phamela como será formada a comissão eleitoral, ela tem direito a voto?

Phamela Godoy: A comissão eleitoral será composta pelo conselho. Quem tá na comissão eleitoral pode votar mais não pode ser candidato.

Hélcio de Beauclair: Gostaria de voltar ao Art.II competências. Gostaria de da ênfase a Educação. Educação esta no armário no sentido LGBT, não deve se ocultar em outras palavras e sentidos que levem a entender que é educação. Devemos deixar nítidas as questões relacionadas à educação, é isso que eu penso.

Fernanda de Moraes (Fórum Municipal de Travestis, Transexuais e Transgêneros): Minha preocupação é o seguinte, um dos textos fala o seguinte, que têm que haver 50% de gênero feminino dentro do conselho, ai fico pensando sobre esses conselhos de classe, vou mais adiante, quantas pessoas trans existem dentro desses conselhos de classe? Ou seja, nós (trans) vamos continuar sendo sempre minoria dentro desse conselho? Tudo isso devemos pensar, por que dentro desse T nós temos três seguimentos. O Gil Santos estar na cadeira por transexuais, só que ele fala que estar na cadeira defendendo os homens transexuais. Quando fui conselheira por dois mandatos desse conselho eu não só falava por mulheres transexuais. Se existe uma cadeira de homens trans, deve haver também para mulheres trans. Questiono a paridade de todas as letras, quantas pessoas trans estão dentro das instituições, principalmente aqui dentro da câmara? Nenhuma! Ai nós vamos ter representação de que? De gays e de lésbicas de novo dentro do conselho? Da mesma forma, eu sou Assistente Social mais ainda não estou no Conselho de Regional de Serviço Social, quantas trans vão vir do Conselho Regional de Serviço Social? Quantas pessoas trans vão vir do Conselho Regional de Psicologia? Quantas pessoas trans vão vir da OAB? Já que estamos pensando a questão da paridade, vamos pensar também na questão da paridade de todas as letras.

Phamela Godoy: Só explicar a questão da paridade, no parágrafo 2º diz que 50% do conselho deverá ser composto de no mínimo 50% de pessoas de gênero ou identidade de gênero feminino, isso é uma lei municipal, foi apresentada aqui na Câmara e transformada em decreto no início do ano. Quando se trata de indicação ou eleição de conselhos de classe ou órgão, essa representação deve ser também por paridade de gênero, isso foi instituído para toda a prefeitura não só para o Conselho LGBT.

Márcia Lima: Não vi nada alusivo sobre o conselho tutelar, passasse a impressão que o conselho LGBT só irá trabalhar para maiores de 18 anos de idade, mas nós temos uma população abaixo de 18 anos de idade que são LGBTs e estão saindo dos seus 12, 13 anos, recebendo todas as demandas familiares e sociais e o conselho tutelar, infelizmente, fica a mercê e não sei do quê, o conselho tutelar é o único conselho que tem salário para trabalhar e tem toda a infraestrutura e sabe-se lá porque a

comunidade LGBT menor de idade fica a mercê. Gostaria de sugerir que o conselho tutelar tenha uma vaga no Conselho LGBT. Outra questão que a Fernanda trouxe sobre equidade de gênero e é muito seria, pois corremos o risco de entidades mandarem outras representações. Mais gostaria de ressaltar mesmo essa questão da população LGBT abaixo dos 18 anos, é isso.

Phamela Godoy: O Conselho Tutelar é parte da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, sendo assim, temos diálogo direto caso necessário e a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania possui cadeira dentro do Conselho LGBT pelo governo.

Fernanda de Moraes: Voltando porque havia me esquecido antes, para não cair no mesmo erro do Conselho Estadual. Com relação ao poder público, muitas vezes os conselhos são esvaziados por representantes do poder público, que muitas vezes não são LGBTs e esvaziam o conselho, falo isso pelos dois mandatos que tive dentro do conselho. O que eu vejo, infelizmente, é que a sociedade civil pode estar dentro da comissão eleitoral mais não pode ser votada, diferente dos conselheiros do poder público, que muitos estão dentro da comissão eleitoral e depois vão estar presentes dentro do conselho. A preocupação é essa, não adianta ter um conselheiro indicado pelo poder público e depois este se ausenta, será que não poderia ser feito também uma eleição dentro dessas secretarias para indicar o nome deste representante, para que esses conselheiros do poder público pudessem ter a mesma responsabilidade e a mesma efetivação da sociedade civil? Agente conta nos dedos quem comparece as reuniões do conselho, até então quando estava no conselho eu vi a Secretaria de Saúde participando, até hoje eu não vi nenhum conselheiro da Saúde atualmente participando do conselho do município, essa é só a minha questão.

Phamela Godoy: A proposta colocada aqui, que é o de praxe para todos os conselhos é que os candidatos do governo são indicados pelas secretarias, então o que estamos discutindo aqui são quais secretarias vão ter assento, é até inconstitucional haver eleição dentro das secretarias para indicações, até porque quem indica o secretário afrente da pasta. Sobre a Secretaria de Saúde, o conselheiro que representa esta secretaria tem participado muito das reuniões, é o Dr. Clóvis, ele estava nas últimas três reuniões por exemplo que você estava, ele não deve ter falado por isso você não deve ter notado sua presença na reunião, inclusive eles tem tocado o Plano Integral de Saúde para População LGBT.

Márcia: Os representantes do conselho têm que ser da cidade, morador da cidade, com militância comprovada com a população LGBT do município.

Phamela Godoy: Não havendo mais a tratar, a audiência esta encerrada, agradecemos a presença e participação de todos vocês, nos vemos no dia 23 deste mês na Audiência Pública do Tatuapé e a consulta publica sobre o decreto continua aberta até o dia 05 de setembro. Obrigada.